

## UMA ABORDAGEM SOBRE A HISTÓRIA DO PENSAMENTO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A CIÊNCIA ECONÔMICA

*Eixo Temático: GT 7 – Economia Política, História do Pensamento Econômico, Economia Comportamental*

Leone Gomes-Silva<sup>1</sup>;  
Jussara Leite Costa<sup>2</sup>;

### Resumo

O presente trabalho busca fazer uma reflexão sobre a História do Pensamento Econômico, bem como dos métodos e rupturas que são partes integrantes da sua constituição através dos tempos. A síntese é traçada sob a convergência e divergência de cinco textos, enfatizando posições sobre a História do Pensamento Econômico, descrevendo a sua trajetória e o impacto sobre a teoria e metodologia da ciência econômica contemporânea.

**Palavras-chave:** História do Pensamento Econômico; Paradigma; Canon.

### 1. Introdução

O historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior explica a história como um processo revestido de mudanças em sua expressão, a qual sofre efeito de épocas e contextos através do tempo. Para isso, resgata o conceito de história da antiguidade clássica e expõem o seu processo de mudança até a constituição da história contemporânea. Na Grécia antiga, a história “devia atender a duas funções: memorizar os feitos humanos [...]; servir de exemplo (JÚNIOR, 2012, p. 21).

Portanto, a história deveria ser lembrada para ser um modelo, ou seja, demonstrar exemplos. Assim, evitar-se-ia de cometer no presente, os mesmos erros do passado. Considerando a natureza humana como universal e imutável e aplicando as mesmas circunstâncias naturais no presente e futuro - tal como fora no passado - no tempo subsequente haveria de se repetir os mesmos erros e acertos. Fazendo referência a Cícero, um escritor Romano, Albuquerque Júnior diz que “a história seria a mestra da vida, memorizando e exemplificando, cumprindo assim tanto uma função política [...], quanto uma função moral” (2012, p. 22).

É com essa aura do pensamento crítico que este trabalho refletirá com base na síntese dos seguintes textos: Fazer Defeitos Nas Memórias: Para que servem o ensino e a escrita da história? Texto desenvolvido por Durval Muniz de Albuquerque Júnior e contido no livro; Duas Maneiras de Contar a História do Pensamento Econômico, artigo de Rubens Nunes e Ana Maria Bianchi; Reflexões Sobre a Historiografia do pensamento econômico, artigo do economista Eduardo Giannetti da Fonseca; Em Algum Lugar do Passado: Breves reflexões sobre a relevância da história da teoria econômica, texto desenvolvido por Gilberto Tadeu Lima; e A importância da História do Pensamento Econômico e do pluralismo metodológico em economia com base na perspectiva da Escola Austríaca, trabalho desenvolvido por Eduardo Angeli.

Será possível através dessa compilação reduzida de ideias fazer comparações implícitas - sem externar posições - entre as opiniões convergentes, bem como as posições divergentes entre os autores que são objeto deste trabalho, com isso, se tornará mais claro os aspectos da formulação do pensamento pelos economistas. “A história do pensamento econômico pode ser vista como laboratório privilegiado para se estudar a mente dos economistas em ação” (DA FONSECA, 1996, p.235).

Este trabalho será dividido, para além desta introdução, em quatro etapas. Na primeira, descreve-se sucintamente a metodologia, na seção seguinte busca-se fazer uma breve conceituação da história e os seus diversos significados em diferentes momentos do tempo. Na terceira parte aborda-se a História do Pensamento Econômico como um campo em permanente discussão, e trata também dos métodos e formas utilizados no curso da História do Pensamento Econômico, para isso, é subdividida a seção em três subseções. Na quarta parte, fazer-se-á algumas considerações gerais a respeito deste trabalho.

<sup>1</sup> Graduando em Economia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Endereço eletrônico: Leone.economiauesb@gmail.com.

<sup>2</sup> Graduada em Economia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Endereço eletrônico: 201711049@uesb.edu.br..

## 2. Metodologia

O trabalho é estruturado tendo como fundamento o diálogo entre cinco textos, portanto, constitui-se em uma pesquisa bibliográfica, cujo principal objetivo é discutir conceitos e reinterpretar posicionamentos que dão conta do transcurso da História do Pensamento Econômico, com foco em suas rupturas.

## 3. A Caracterização da História

A história, foi por muito tempo considerada um gênero literário. Seu reconhecimento como uma ciência só viria mais tarde, no século XVIII, através de pensadores iluministas. No entanto, foi só a partir do século XIX que ela começou a ganhar um corpo científico, diferenciando-a anatomicamente da história exercida desde a Antiguidade Clássica. O estudo da história foi então introduzido na academia com a criação da primeira cátedra de história na Universidade de Berlim. Na sequência, foi também implantada nas escolas e serviu de base para uma criação e difusão de uma identidade nacionalista, através da história daqueles grandes homens que deram a vida para defender os seus territórios. De acordo com Anderson:

A adoção do ensino da história não apenas na universidade, mas nas escolas públicas surgidas justamente a partir da Revolução Francesa, passa a ser vista como ingrediente indispensável para a criação dessa nova comunidade imaginada, a nação, que deveria vir a substituir as solidariedades e relações comunitárias locais (APUD, JÚNIOR, 2012, p. 23).

Diferente da Antiguidade Clássica, na atualidade, a história é o instrumento para direcionar a forma como o homem age. Portanto, é baseado nos grandes feitos e heróis nacionais que serão tomadas as decisões. O passado aparece como um determinador do presente. A função da história aqui, não é tão somente política e com objetivo de moralizar e educar. Ressalta-se que ela carrega a ideia de construção nacional, é desse modo que a história do século XIX dará suporte ao domínio burguês que se instaura.

Nesse sentido, o historicismo alemão é construído sob a ótica de uma cronologia da história, demonstrando um certo progresso do passado até o presente, e sob essa forma de análise, a questão do processo de civilização ganha centralidade, principalmente porque outras faces do humano foram reveladas a partir do século XVI com a descoberta de terras ainda não exploradas pelos ditos civilizados, à época.

Já no século XX, tanto vertentes do marxismo como a Escola dos Annales vão fazer

duras críticas ao modelo Alemão do século XIX, definindo estes como praticantes de uma história historicizante. Nesse momento o método alemão está no ápice da crise, propiciada pelas guerras e a perda de centralidade da Europa para os Estados Unidos da América. Há uma busca, por essas novas vertentes, de um afastamento da construção nacionalista. Na história do século XX passa-se a pensar esse processo de transformação humana como produto dos meios materiais de reprodução

Para os historiadores marxistas, a superação da crise da historicidade seria através do seu método de análise da história, qual seja, o entendimento dos modos de produção e as condições da classe, ou seja, o cerne das construções do historicismos marxista seria fazer compreender o presente e construir o futuro no encontro frequente do modo de produção e na luta de classes.

O método materialista histórico e dialético também é abraçado pela Escola dos Annales. Entretanto, ao contrário do marxistas a Escola dos Annales rejeitam o político como um campo de domínio do historiador mas sem negar o papel político da história, sendo assim, ao contrário dos historiadores marxistas, para eles a história não se subordina a um papel militante, “os historiadores dos Annales, embora tenham uma recusa a subordinar a história a um papel militante, não deixam de reconhecer o caráter político da história, em que a nação continua sempre como o horizonte de sua produção” (JÚNIOR, 2012, p. 29).

Para os Annales a história se faz para o presente e a partir dele, sendo assim, não está, o passado, desconectado do presente. A própria história não é fechada e pode ser reavaliada a partir das condições do presente. Ela permite ‘viajar’ ao passado e analisar, de fora, o presente. Logo, o presente é o diferente e o passado o seu diferenciador, ou seja, o que nos torna o que somos. Apesar de ser socialmente desqualificada, a história é responsável por construir a subjetividade humana, ou seja, o próprio ser humano, por isso o seu caráter extremamente valoroso, o de produtor da vida social.

A história contemporânea estaria aliada a antropologia e a etnografia, negando, dessa forma, a concepção de natureza humana tendente. Nessa perspectiva, deixar-se-ia de olhar a história como um progresso cronológico, rumo à civilização. Portanto, ela exerce o importante papel de fazer-nos compreender e aceitar o diferente:

A história serve para formar não apenas subjetividades, mas para formar cidadãos, membros da convivência pública, membros do espaço público, preparados para viver em uma realidade constituída pela agonística dos interesses e opiniões divergentes. A história fornece argumentos, informações, prepara o indivíduo para o aparecer em

público, o ser em público, o ser em sociedade, que irá se defrontar com a divergência (JÚNIOR, 2012, p. 34-35).

#### **4. As Subdivisões da História do Pensamento Econômico e a sua Instituição Como Ciência**

Para Gilberto Tadeu Lima (1999), a História do pensamento econômico é um campo da ciência onde as divergências constituem a atividade comum dos seus praticantes, sendo assim, a existência de muitas opiniões distintas seria um sinal de robustez dessa ciência e não o contrário. Ele vai ainda mais longe ao dizer que “os cientistas não pautam seu comportamento intelectual apenas pelo dictum ciência pela ciência, sendo eles, em verdade, impulsionados por um conjunto mais amplo e variado de objetivos” (LIMA, 1999, p. 32), dessa maneira, as opiniões distintas surgiriam em um esforço intelectual para atingir os próprio objetivos, como o alcance do reconhecimento pelos outros praticantes da ciência.

É nesse sentido, com a rivalidade de pensamentos econômicos, que Rubens Nunes e Ana Maria Bianchi explicam a instituição da ciência em seu constante processo de mudança. A rivalidade, então, ganha uma centralidade focada na oposição ou empecilho do pensamento de épocas distintas: Presente e passado. Para eles, “estamos aqui reunidos porque conseguimos superar nossa desconfiança e olhar para o passado de nossa ciência” (NUNES e BIANCHI, 1999, p. 93), ou seja, foi superada a desconfiança em olhar para o processo científico, e, sendo assim, não se olha à distância, em outros termos, evita-se que ocorra apenas uma ineficiente celebração póstuma de pensadores econômicos. Olha-os, todavia, como pensadores que coabitam o presente, embora transformados pelo tempo

Na visão de Eduardo Giannetti da Fonseca há uma associação frequente, através dos tempos, entre a História do Pensamento Econômico (HPE) e o Método, ambos estariam coexistindo desde o surgimento da ciência econômica com Adam Smith no iluminismo. Entretanto, como é comum em diversas áreas de pesquisa e ensino, ambas estariam em uma crescente especialização, o que não poderia passar sem exprimir consequências. Portanto, um aspecto negativo dessa tendência seria a própria especialização contínua do conhecimento, o que implica conhecer “cada vez mais sobre cada vez menos” (DA FONSECA, 1996, p. 236). Não obstante, entretanto, uma consequência que se poderia admitir como positiva nessa maior especialização, seria a ocorrência de uma - também maior - sofisticação das discussões no âmbito econômico.

##### **4.1 Canon e Paradigma**

Vários estudiosos da economia, atraídos pela análise metodológica, foram fundo na obra

lançada por Thomas Kuhn em 1962, a qual trazia “a possibilidade de complementar uma reconstrução puramente intelectual da teoria com elementos da história econômica, das instituições que organizam a profissão, do modo de comunicação entre os especialistas e entre os leigos” (NUNES e BIANCHI,1999, p. 94). Entretanto, havia uma dificuldade de transposição da teoria de Kuhn para as ciências humanas, mas por intermédio do interesse de metodólogos, houve uma complementaridade da teoria em benefício da história econômica.

A ideia de qualificar momentos da história do pensamento econômico como períodos de revoluções científicas gerou desavenças. Não há um consenso entre os estudiosos da metodologia do pensamento econômico sobre a sucessão de paradigmas, por isso define-se todo esse período como uma vigência da chamada Ciência Normal, em que se exerce a atividade científica baseada em um paradigma. Se existe algum paradigma na economia, os seus fundamentos se encontram na obra de Adam Smith, estando instituído ao centro do paradigma a ideia de indivíduo maximizador.

Com relação ao conceito de paradigma, Kuhn, reagindo a críticas ao seu trabalho, o definiu como uma matriz disciplinar. Ou seja, seria disciplinar porque constitui um patrimônio intelectual comum, e matriz porque é composto por elementos ordenados e que carecem de especificações. Sendo assim, na história das ciências ela seria um campo em permanente construção sem jamais se completar, “um paradigma científico talvez nunca esteja pronto de uma vez, de modo que a especificação completa do conceito é inerentemente problemática” (NUNES e BIANCHI,1999, p. 95).

Segundo NUNES e BIANCHI (1999, p. 96) “os paradigmas instituem-se porque são mais bem sucedidos que seus competidores na resolução de alguns problemas que o grupo de cientistas reconhece como graves”, mas embora eles sejam bem sucedidos em resolver peculiaridade, o sucesso do paradigma poderia ser dado pela sua capacidade de continuar omitindo fatos, ou, para dizer de outro modo, seria a existência constante de algo para descobrir, e, descobrindo-os, explicá-los. Portanto, “É a incompletude do paradigma um ingrediente fundamental de estímulo à atividade de pesquisa” (NUNES e BIANCHI,1999, p. 96).

Na história econômica, a publicação de ‘A Riqueza das Nações’ por Adam Smith foi uma ruptura com pensamentos anteriores, tais quais, o sistema mercantilista e o fisiocrata que o precederam. Ainda no século XVIII, após a publicação de ‘The Wealth of Nations’ (WN), muitos intelectuais se apresentaram como discípulos de Smith, ainda que todos apresentassem diferenças entre si e com relação ao próprio Smith. O êxito desse autor foi alvo de análise de muitos outros escritores clássicos, McCulloch, por exemplo, enalteceu a influência de WN sobre a opinião pública e sobre diversos governos. Para o economista John Ramsay McCulloch,

a obra de Adam Smith foi também consagrada no seu êxito em refutar opiniões vulgares disseminadas em seu tempo.

Na visão de Jean-Baptiste Say, de acordo com Nunes e Bianchi, a capacidade de Smith em demonstrar os nexos do seu pensamento foi um motivo diferenciador. A ligação dos princípios incontestáveis aos seus efeitos (o que pode ser entendido como uma realização exemplar), foi um grande rompimento com a estrutura atual, à época, e fundamental para a estruturação de um novo paradigma. Porém, o que surgiu aí não foi um modelo absoluto, completo, capaz de responder por si mesmo a qualquer problema mas a estrutura sobre a qual seria construída a frutífera ciência econômica, sendo assim, “não faltou à obra de Smith esse ingrediente essencial do paradigma, que é a sua incompletude. Muito havia por fazer e por consertar. Ali estava uma obra em relação à qual valia a pena arregaçar as mangas” (NUNES e BIANCHI, 1999, p. 98). Logo, o paradigma instituído por Smith não seria substituído, mas complementado através dos tempos.

Poderíamos dizer também, que foi após os trabalhos de Adam Smith que fora estabelecido um cânon, não que o próprio autor tenha estabelecido essa condição, mas ele é o elo primogênito na instituição desse processo. Como dito por Brown, “a obra magna de Adam Smith, a riqueza das nações, foi o marco desencadeador desse movimento” (APUD, NUNES e BIANCHI, 1999, p 103).

O cânon seria o movimento que se desenvolve sob uma base, uma raiz, e que cresce a partir dela trazendo sempre uma superação em relação à condição anterior. Na sua etimologia, a palavra refere-se a caules de vegetais, tais como o bambu, a cana, dentre outras, todas levando a uma idéia de acréscimo em que há uma sobreposição de ideias, as quais têm como suporte a estrutura anterior do caule, ou neste caso, há um apoio na história econômica para desenvolver-se e levar a ciência a um estágio superior. NUNES e BIANCHI disseram:

O cânon confere à comunidade de especialistas um papel de primeira grandeza. As teorias vigentes em certo campo científico não se constroem no ar, mas brotam no solo plantado por um grupo de pensadores ativamente engajados nessa tarefa. É esse o foro em que elegem os textos em que são coletivamente valorizados como obras de mérito. Nessa medida, o cânon ajuda a definir a natureza e o escopo da prática e da teoria literárias (1999, p. 103).

A construção do Cânon tem no passado um embrião, olha para ele como algo ainda incompleto e defeituoso cujo presente é o responsável pela completude e correção. No cânon há uma subversão da cronologia, ou seja, o passado é entendido como um mero coadjuvante na história montada pelo presente, os seus autores do passado não possuem a capacidade de

influenciadores dos autores do presente, mas é como se estes fossem os verdadeiros influenciadores dos cientistas tidos como ultrapassados. Ou seja, ocorre aqui uma “celebração do presente em detrimento do passado que caracteriza a ideia de progresso no conhecimento” (NUNES e BIANCHI, 1999, p. 104).

## 4.2 As Opções Metodológicas

A visão que se tem do processo científico está ligada, de maneira tenaz, com a forma como a história das ciências é escrita, embora o processo científico e sua história, também esteja ligada a filosofia da ciência que busca responder perguntas sobre o que é a própria ciência e sobre os porquês de desencadear a sua constituição como tal. Por isso, nota-se que essa diferenciação da filosofia da ciência levará a maneiras distintas de analisar a história da ciência, como expressamente dito por Eduardo Giannetti da Fonseca “diferentes filosofias da ciência, por sua vez, levam a abordagens alternativas da história da ciência” (1996, p 238).

A abordagem da economia é afetada por fatores internos que se referem ao processo de pesquisa em si, e por fatores exógenos que dizem respeito aos eventos que transcendem esse processo. Poder-se-ia dizer que são os fatos reais que afetam, de maneira concreta, a estrutura econômica, e assim, torna-se um desafio para os estudiosos que irão buscar explicá-los de forma prática, tal como dito por Giannetti da Fonseca ao exemplificar os fatores exógenos:

São fenômenos, como por exemplo, a existência de má-nutrição e pobreza absoluta; ou a ocorrência de desemprego involuntário e inflação; ou, ainda, o esgotamento de recursos não-renováveis e a decadência ambiental - todos eles problemas gerados na sociedade, desafiando os praticantes da disciplina e demandando soluções práticas (1996, p. 241).

Portanto, é responsabilidade do estudioso da história, munido de uma concepção externalista, quando olhar para os pressupostos elaborados pelos intelectuais do passado, enxergar e refletir também as condições concretas da economia real que fizeram com que tais autores revisassem os princípios e formulassem novas conclusões. Logo, o externalista “é aquele que procura mostrar como, além das questões de ordem prática, também o contexto intelectual pode exercer uma influência significativa no processo de investigação econômica” (DA FONSECA, 1996, p. 243).

Já a ideia de relativismo na história do pensamento, ao se observar outro conjunto de opções metodológicas, traz consigo a noção de adaptação. Ou seja, aqui o intelectual irá fazer com que os seus instrumentos se adequem ao objeto investigado e não, pelo contrário, fazê-lo com que caiba em um padrão predefinido. A tese relativista ganha um impulso extra devido ao



fato de o próprio estudo da economia não ser estável, e também pela robusta raridade com que expressam-se, nesse campo da ciência, refutações ausentes de equívocos.

Entretanto, ao questionamento implícito existente sobre o progresso da ciência, Schumpeter e outros pensadores responderam que “se se pretende defender o caráter progressivo da ciência econômica, então o ponto de vista relativista precisa ser exorcizado (DA FONSECA, 1996, p.247). Para Schumpeter, na teoria econômica, seria necessário transpor todo o empenho narrativo para o que ele denominou de análise econômica, que seria então um conjunto de técnicas de raciocínio elaboradas no intuito de explicar a realidade, sendo assim, esses instrumentais “transcenderiam o contexto original onde foram forjados e teriam um valor permanente, não importando a sua origem e o uso que deles tenha sido feito por economistas pertencendo a diferentes escolas de pensamento” (DA FONSECA, 1996, p. 247).

Para isso, ele colocou as técnicas formais no centro da análise econômica, abandonando a ciência econômica positiva, ou seja, a forma de explicar a economia a partir dos fatos correntes, e também deixou de lado a doutrina econômica. Sendo assim, o que importa não são as premissas filosóficas sobre as relações que se estabelecem no âmbito econômico - contaminadas pelo viés ideológico dos autores - os componentes que realmente importam, mas são, sobretudo, as técnicas que delas derivam e podem ser utilizadas para explicar qualquer fenômeno em qualquer contexto histórico. Entretanto, na concepção de Eduardo Giannetti da Fonseca, é enganoso achar que o progresso da ciência possa ser explicado pelo seu refinamento formal, ou seja, pela quantidade de técnicas sofisticadas para descrever - provavelmente pelo método matemático - um fenômeno, mas, entretanto, a explicação para o progresso científico é sobretudo uma “função do poder explicativo e de predição de uma teoria” (DA FONSECA, 1996, p. 249).

Giannetti da Fonseca também aborda o processo histórico do pensamento econômico a partir da obra ‘Economic Theory in Retrospect’ do economista britânico Mark Blaug a quem atribui críticas positivas, com ressalvas para um problema contido em Blaug, o qual ele denominou de falácia anacronista. O autor em questão teria tentado reconstruir o passado de forma racional, olhando para ele como algo desabastecido, sem robustez, como se os cientistas, outrora, tentassem construir - embora fossem incapazes- aquilo a que hoje finalmente se chegou, trazendo implicitamente a idéia de cânon, tal como conceituado em NUNES e BIANCHI no presente trabalho. “É como se estivessem, no fundo, se esforçando para formular as teses e teorias hoje aceitas, mas fossem ainda incapazes disso e não estivessem à altura de fazê-lo de forma plena e satisfatória” (DA FONSECA, 1996, p. 252).

Portanto, a obra de Mark Blaug reconstrói contribuições da teoria econômica como se estas fossem meras tentativas de aproximação com as teorias vigentes, e por isso, essas antigas construções teóricas seriam fatidicamente imperfeitas. Porém, quando Eduardo Giannetti questiona a falácia anacronista, não está querendo com isso incorrer em um antiquarianismo, o que seria o extremo oposto do anacronismo e que teria por intuito a preservação do passado, tal como fora: intacto. Isso seria o passado pelo passado em que não haveria aplicabilidade de tais situações ao presente, pelo contrário, ele diz que “em qualquer época, o passado sempre é visto, em qualquer medida, no contexto das categorias e debates presentes” (DA FONSECA, 1996, p. 254).

### **4.3 A História do Pensamento Econômico na Visão de Angeli e Lima**

É baseado no pensamento da Escola Austríaca, e mais especificamente, nos estudos de Israel Kirzner e Friedrich Hayek que Eduardo Angeli buscará refletir a História do Pensamento Econômico (HPE) e o pluralismo metodológico. A relevância da HPE é frequentemente posta em dúvida, sendo reconhecida pelos economistas, na maioria das vezes, apenas como uma forma de representar um progresso dessa ciência no tempo, a qual teria desencadeado o verdadeiro conhecimento do presente. Também a metodologia teria sua relevância reduzida pelos economistas, em grande parte pela ignorância e pelas intrusões, naquilo que se coloca como verdadeira ciência econômica, pelos praticantes desse aparato.

Para Gilberto Tadeu Lima são as controvérsia entre os praticantes da história das ideias que constitui o campo da atividade normal, definida por Thomas Kuhn como o período dentro do qual se desenvolve a ciência pautado em um paradigma, “a existência de múltiplas interpretações acerca de um mesmo objeto analítico é uma indicação de robustez, vigor e dinamismo, e não de fraqueza, debilidade ou impotência dessa ciência” (LIMA, 1999, p. 32), sendo portanto uma contribuição para a própria ciência econômica.

Nessa perspectiva ele enxerga a ciência como um processo de disputa entre os próprios pesquisadores, em que o objetivo não seria a realização da ciência pela ciência, mas com base nos próprios interesses como o de maximização de prestígio e reconhecimento pelos demais. Esse processo natural de disputa seria, na verdade, profícuo para o desenvolvimento das ideias econômicas, e resulta na caracterização da ciência como campo, que, com base nesse princípio, não pode ser considerado livre de valores, ou como uma área absolutamente neutra, “por ter sua visão lógico-analítica dos fenômenos em jogo condicionada por variados elementos valóricos, o investigador forçosamente dota suas concepções econômicas de um caráter não-neutro” (LIMA, 1999, p. 33).

Entretanto, Angeli argumenta que o critério de popularidade, que é, de acordo a Tadeu Lima, o produto e a cerne do processo científico no pesquisador, do ponto de vista individual, na verdade, não deve ser vista sob a ótica de um sentido para o progresso científico, tampouco como uma delimitação do falso ou verdadeiro, então “o critério de popularidade acadêmica não deve ser visto como uma demarcação entre o que é verdadeiro ou falso ou de qual o melhor sentido para que se alcance o progresso da ciência” (ANGELI, 2014, p. 43), para ele a história demonstra que mesmo pensamentos tidos como impopulares em algum momento, em outros podem se tornar dominantes, segundo ele, isso não ocorreria apenas na chamada Soft Science, considerada uma ciência bastante volátil em que os pensamentos são frequentemente revistos e alterados.

Angeli observando outro aspecto da proficiência científica, coloca - baseado em outros autores - a importância da liberdade como condição para cientificidade do pensamento, para ele, sociedades mais livres permitem reflexões, também mais livres o que seria benéfico ao progresso da ciência, embora essa liberdade seja regulada por regras gerais adotadas na sociedade. Ressaltando:

A existência de liberdade, contudo, está condicionada à adoção de regras gerais, nome dado ao conjunto de regras que caracterizam e regem uma sociedade e que são anônimas, no sentido de não serem dirigidas a pessoas específicas, e sem um propósito específico e predefinido (ANGELI, 2014, p. 44).

## 5. Considerações Finais

Pensar a História do Pensamento Econômico é um processo contínuo e laborioso, o qual exige cuidado e deveria ser o ponto de partida para as análises econômicas comprometidas. Tais análises não deveriam estar apenas preocupadas com a superficialidade de mostrarem-se incluídas em processos de pesquisa, mas, é esperado, sobretudo, que contribuam socialmente para a resolução concreta de problemas que afligem o corpo social. A ideia de uma ciência que olha para o seu passado e enxerga um conglomerado de conjecturas defeituosas, não deve ser, como de fato não é, um processo natural, o qual desenvolve-se de cima para baixo, negando à base que lhe garantiu a solidificação no presente.

Não é lógico desprezar o caminho percorrido no alcance da condição a qual se chegou. Todo o processo histórico da ciência foi parte integrante da construção daquilo que foi definido como verdade. Mas se tudo aquilo que outrora definiu-se como um conjunto de verdades, hoje pode ser visto como um conjunto de equívocos, então talvez, nem mesmo as verdades

contemporâneas possam ser consideradas robustas e perder-se-iam na pseudo auto-existência.

Não se quer dizer com isso que é defensável comungar e replicar o passado, ou que se deve olhar para ele com admiração. A verdade é que a história do pensamento não deve ser negada enquanto fato histórico que foi construído, baseado em particulares objetos, condições e variados contexto, os quais os viventes do presentes não são capazes de compreender perfeitamente, apesar de serem capazes de inferências em alguma medida. Também, o estágio científico que constitui o presente é resultado de cada etapa contextual que decorreu no tempo, e sobretudo, da própria condição contextual a que os tempos atuais estão submetidos.

## 6. Referências

ANGELI, Eduardo. A importância da História do Pensamento Econômico e do pluralismo metodológico em economia com base na perspectiva da Escola Austríaca. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 33-50, 2014.

BIANCHI, Ana Maria; NUNES, Rubens. Duas Maneiras de Contar a História do Pensamento Econômico. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro: n. 5, p. 93-114, 1999.

FONSECA, Eduardo Giannetti. Reflexões sobre a Historiografia do Pensamento Econômico. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 234-259, 1996.

JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. Fazer Defeitos Nas Memórias: Para que servem o ensino e a escrita da história? In: GONÇALVES, Márcia de Almeida et al. **Qual o valor da História Hoje?**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 21-39.

LIMA, Gilberto Tadeu. "Em Algum Lugar do Passado: breves reflexões sobre a relevância da história da teoria econômica, **Análise Econômica**, Porto Alegre, n.31, p. 30-44, 1999.